

Biblioteca Municipal de Azambuja

Tanto o espaço com as sucessivas edificações que existiram no lugar que acolhe a partir de março de 2003 a Biblioteca Municipal de Azambuja, é herdeiro de uma secular tradição de serviços e uso coletivo da comunidade.

Este local é testemunha e *“Lugar de memória”* por ter acolhido sucessivamente e de forma continuada, as funções culturais, culturais e assistenciais, vivenciais e económico-sociais, de instrução e educação e de busca do saber e do conhecimento.

Perde-se no tempo da Idade Média a memória do dia em que numa manifestação coletiva de Fé, o povo ergueu e dedicou uma capela a Santa Maria Madalena. Durante séculos, a entrada Poente da Vila de Azambuja, no caminho que vinha de Alenquer para Santarém, esta ermida foi um marco de referência e de acolhimento. Integrada no Padroado dos Reis de Portugal, era administrada pelo povo, mantendo-se nela as obrigações e os direitos paroquiais. Corria o ano de 1714 quando Frei Teófilo da Trindade dirige a D. João V uma súplica para a sua Ordem Terceira de S. Francisco instalar na ermida de Santa Maria Madalena da Vila de Azambuja um hospício. Para o sustento do mesmo, é ainda Frei Teófilo da Trindade que em nova súplica de 20 de dezembro de 1717, solicita-se ao mesmo rei a realização de uma feira, que nunca houvera na Vila. Por Provisão de 3 de janeiro de 1720, D. João V atende a este pedido e determina que *“seja livre e pública nos primeiros três anos, para que neste tempo houvesse notícia dela, a realizar no segundo Domingo de Julho, no terreiro junto à ermida de Santa Maria Madalena”*. Pelos anos de 1743, a referida feira é mudada para o último domingo de outubro, havendo notícia que a mesma ainda se realizava em 1817, segundo os direitos e deveres estabelecidos, para a cobrança de direitos aos feirantes, sob a forma de *“esmola voluntária à Ordem Terceira”*. Quando a 1 de Abril de 1758 são redigidas pelo Prior de Nossa Senhora da Assunção de Azambuja, Manuel Marques de Amaral, as *“Memórias Paroquiais”* confirmam que *“tem esta Vila feira franca três dias sucessivos, o primeiro é no quarto domingo de Outubro, paga-se terrado em que se assenta, ao sobredito Hospício da Ordem 3ª de S. Francisco, para as suas obras”*. É ainda nas *“Memórias Paroquiais”* a confirmação que *“Há nesta Vila Ordem terceira de S. Francisco, a qual tem para residência de dois comissários um hospício com sua igreja em que fazem as suas funções e exercícios espirituais, da invocação de Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem perfeitíssima tem colocada no altar mor e a de S. Francisco e de Santa Rosa. Tem dois altares colaterais, um de Nossa Senhora da Piedade, onde se acham as imagens do Senhor Jesus dos Aflitos, Senhora Santa Ana, S. José e S. Sebastião; o outro está dedicado a Santo António e tem por hora as imagens de Nossa*

Senhora do Menino Jesus, de S. Benedito e de Santa Luzia; têm estes altares boas tribunas, uma delas já dourada e a outra lhe há-de corresponder; em tudo se acha muito asseada esta igreja e se aperfeiçoará, completa que seja a obra da mesma, a qual erigiam os Terceiros com as suas esmolas, e do Povo, na ermida de Santa Maria Madalena que no mesmo lugar estava, alcançando para isso Provisão e por ser a dita ermida do padroado real, sempre ficou da jurisdição Ordinária, e o pároco conserva nela o direito paroquial; fica esta Igreja e Hospício à entrada da Vila, da Parte Poente.”

As reformas liberais ao extinguirem as ordens religiosas com o decreto de 28 de maio de 1834, põem fim à função cultural e assistencial e darão início a outros grandes serviços à comunidade – a instrução e a educação – com o decreto de 22 de dezembro de 1861. As leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880, complementadas com o Regulamento de 28 de maio de 1881, tornam o ensino obrigatório, tarefa de que são incumbidas legalmente as Juntas de Paróquia.

Foram herdeiras dos bens da Ordem Terceira de S. Francisco de Azambuja, a Paróquia e a Santa Casa da Misericórdia. Em ofício do Governo Civil de Lisboa, de 22 de setembro de 1883, é ordenada a demolição da igreja e casa anexa que servira de hospício, por ameaçar ruína. A 1 de Dezembro de 1885, a Santa Casa oferece o terreno onde existira a igreja e hospício da Ordem Terceira à Junta de Paróquia, para ali ser edificada a escola paroquial, oferta aceite em sessão de 19 de janeiro de 1886. Por despacho de 10 de março de 1887, foi a Santa Casa da Misericórdia de Azambuja autorizada a ceder a igreja e casa anexa à Junta da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção da Vila de Azambuja, de que tomou posse oficial a 18 de maio do mesmo ano. Talvez por falta de meios financeiros, será nestas precárias instalações que foi administrada em finais do século XIX a instrução pública. É consciente desta precariedade que o azambujense Cândido António de Carvalho Abreu deixa em testamento à Junta de Paróquia, um legado de 4 contos reis para a edificação das escolas, processo que se acelera após a sua morte, a 25 de outubro de 1891. Este legado é o alento e o financiamento que faltava, o que justifica que a 26 de dezembro é aberto concurso para o edifício escolar, adjudicado em segundo concurso, a 18 de janeiro de 1892, ao mestre de obra que então construíra o edifício da Câmara de Alenquer. A 15 de Setembro de 1892, decide a Junta de Paróquia vender em hasta pública, em lotes e num total de 17, os materiais das antigas edificações e que não foram aplicados em obra, num leilão que ocorreu no dia 9 de outubro seguinte. A receção provisória do edifício da Escola foi a 2 de dezembro e a inauguração oficial

teve lugar no dia 29 de dezembro de 1892, como testemunha a placa colocada no exterior do edifício e que regista os acontecimentos, tal como nela ficou perpetuamente gravado:

ESCOLA PAROCHIAL
MANDADA CONSTRUIR PELA JUNTA DE PAROCHIA
ANNO DE 1892
SUBSIDIADA COM UM IMPORTANTE DONATIVO
LEGADO PELO BENEMÉRITO
EX.MO SR. CÂNDIDO ANTÓNIO DE CARVALHO ABREU
NATURAL D'ESTA VILLA DE AZAMBUJA
E FALLECIDO A 25 DE OUTUBRO
DO ANNO DE 1891

A Biblioteca Escolar é pela primeira vez referida em Junta de Paróquia na sessão de 31 de dezembro de 1891. Reunia legados bibliográficos doados por azambujenses mais instruídos e livros da Biblioteca Popular de Lisboa, criada dentro do espírito filantrópico. A ela chegaram as publicações bibliográficas emanadas do Estado Novo, para a educação e instrução da “*Mocidade*”. Em maio de 1962 abre junto ao Clube Azambujense uma Biblioteca Paroquial, transferida em 1966 para os edifícios da Paróquia no Alto da Torre.

No entanto, desde 6 de junho de 1959 que os leitores de Azambuja recebiam semanalmente a visita de uma biblioteca itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian. A 14 de Dezembro de 1985, quando é inaugurada no corpo direito do edifício da Escola Primária, a biblioteca fixa n.º 37, numa iniciativa protocolar entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara Municipal de Azambuja.

É esta a herança coletiva de um lugar de um espaço singular e único na entrada do 3º Milénio, que queremos da Cultura. Sempre moderno, renovado e adaptado às crescentes necessidades dos nossos tempos, vai abrir-se ao lazer, à informação, ao conhecimento e ao saber.

No mesmo lugar e após obras de reabilitação, reconversão e instalação de equipamentos modernos, o mesmo edifício vê-se enriquecido e dignificado, ao mesmo tempo que é também a direta herança e tradição de serviços prestados à comunidade local, alargados agora a todo o Concelho, com a inauguração da Biblioteca Municipal a 15 de março de 2003.